

REPRESSÃO E LUTA: O MOVIMENTO ESTUDANTIL DURANTE OS ANOS DE CHUMBO E UTOPIA

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves¹

Resumo

Entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil passou por um dos momentos mais duros de sua história política, a ditadura militar, um período que teve como marca a repressão, uma das principais armas utilizadas pelo governo para buscar a estabilidade política e a ordem política no país. Esses atos de repressão foram colocados em prática dentro do contexto da esquerda no país, no meio artístico, intelectual e sobre o meio acadêmico, representados principalmente pelo movimento estudantil. Diante de tal fato o contexto acadêmico passou a ser caracterizado como um espaço de conotação política de esquerda, pelo fato de atuarem como oposição ao governo, e esses estudantes através do movimento estudantil foram para as ruas com o objetivo de lutarem contra o regime militar.

Palavras-chave: Regime Militar, Movimento Estudantil, repressão e reforma universitária

1 - DITADURA MILITAR E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

O Brasil durante os anos de 1964 a 1985 viveu um período conhecido como "Anos de Chumbo", era o Regime Militar, momento no qual os militares assumiram o poder no nosso país, através de um golpe de Estado no ano de 1964, que derrubou o então presidente João Goulart.

Durante o período em que os militares estiveram no poder, foi marcado por um autoritarismo muito forte, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política policial, prisão e tortura aos opositores do regime e censura prévia aos meios de comunicações e expressões artísticas.

Este golpe foi idealizado pela Ala Legalista do exercito contanto com o apoio da sociedade civil e com políticos de importância dentro do legislativo nacional como do então senador Auro Moura Andrade que no dia 02 de abril de 1964 decretou o cargo de presidente do Brasil como vago.

Com a destituição de Goulart do cargo de presidente da república, assume em seu lugar como previa a constituição o então presidente da câmara dos deputados Ranieri Mazzilli, que foi empossado em caráter provisório, pois, de acordo com a legislação brasileira, o então empossado teria um prazo

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Disciplinas Isoladas), linha de pesquisa: História e Culturas Políticas, Especialista em Docência Superior pela Universidade Gama Filho – UGF e graduado em História pela Faculdade de Pará de Minas – FAPAM, atualmente desenvolve um projeto de pesquisa com título: “*Entre o empenho e a repressão: o movimento estudantil da UFMG durante os anos de chumbo e utopia. (1968 – 1979)*”

estipulado de trinta dias para realizar outra eleição.

No entanto, Mazzilli recebeu pressões de militares e de outras lideranças políticas do país para que essas novas eleições fossem realizadas no prazo de dois dias. Assim, no dia 11 de abril de 1964, foi realizada essa nova eleição, e o então General Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito como o novo presidente do Brasil, dando início a um período no qual os militares comandariam o país, cargo que ocupou entre os anos de 1964 a 1967.

Uma das primeiras medidas do novo presidente do Brasil foi instaurar o primeiro Ato Institucional da Ditadura Militar, o AI-1, através desse ato os militares iniciaram, como salienta Skidmore (1988), um período de caça às bruxas, em que o governo passou a ter o direito de cassar os direitos políticos e de afastar militares identificados com o governo deposto.

Esta posição tomada pelos militares de forma imediata foi com o intuito de impedir que políticos que não apoiaram o golpe criassem uma oposição, iniciando no Brasil uma luta entre militares e opositores.

Desta forma, de acordo com Skidmore (1988, p. 55 - 56) "*(...) milhares de pessoas foram presas (...) inclusive membros de organizações católicas, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC), partidos políticos de esquerda também foram atingidos, como o pró-Mostou (PCB) (...)*".

Outro fator importante do governo de Castelo Branco foi a aproximação política com a UDN (União Democrática Nacional) de Carlos Lacerda e com o PSD (Partido Social Democrático) que teve a oportunidade política de nomear e eleger para vice-presidente o mineiro José Maria Alkimin.

Veja o detalhamento dessa aproximação partidária na minuta de nota proposta pela UDN e pelo PSD, no dia da eleição do presidente e vice-presidente da república pelo congresso nacional em 11 de abril de 1964.

A União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático, havendo colaborado com os demais partidos, na eleição do General Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da república, declaram que o fizeram na certeza de que o eminente brasileiro, no exercício dado investidura, realizará os objetivos de reconstrução democrática que constituem o compromisso da revolução. Por isso, nenhuma reivindicação partidária terá de apresentar na formação do novo governo, que apenas desejam ver em condições de eliminar as dificuldades de hora e promover o bem da república. Da mesma forma esperam do vice-presidente que acaba de ser eleito, Sr. José Maria Alkimin, que conduza o setor de sua atuação, com isenção e lealdade necessária à boa ordem governamental.²

² <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> - Acesso em 05 de Janeiro de 2009.

Mas, apesar da aproximação política com os principais partidos do país, o governo de Castelo Branco encontrou um impasse político nas eleições estaduais envolvendo os outros partidos políticos, e a única solução encontrada pelo governo foi a instauração de um segundo ato institucional seguindo de forma concreta as exigências de um determinado grupo de militares conhecidos como a linha dura do exército, esse ato institucional na concepção de Skidmore (1988, p. 99) “*dava o direito ao presidente de abolir os partidos políticos existentes e transformar em indiretas as futuras eleições para presidente, vice-presidente e governador*”.

Dessa maneira, os partidos que até então existiam foram extintos e o Brasil passou a ter um regime político voltado para o bipartidarismo, com a existência legal de apenas dois partidos. A ARENA (Aliança Renovadora Nacional) que se configurou como o partido ligado ao governo integrando políticos dos extintos PSD e UDN e a "oposição" ficou a cargo do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que recebeu partidários do antigo PTB e mais tarde do PSD, que se desligaram do ala governista.

O segundo governo militar foi do General Costa e Silva (1967 a 1969), governo esse que se caracterizou pela repressão. Toda esta situação repressiva tinha o único objetivo de concretizar um governo forte representando as esperanças da linha dura do exército, dando início ao período mais duro da Ditadura Militar.

É necessário ressaltar que, no governo de Costa e Silva, os movimentos de oposição fortaleceram, é o caso dos movimentos ligados à Igreja e aos estudantes como a UNE, que se tornou um dos principais grupos opositoristas, posicionando-se de forma concreta contra o regime político imposto pelos militares.

Mas, o estopim para o posicionamento do movimento estudantil diante a sociedade repressiva criada pelo governo militar, foi segundo Fausto (1995, p. 478) “*a morte do estudante secundarista, Edson Luís, morto pela polícia militar durante um pequeno protesto no Rio de Janeiro*”.

O Jornal Folha de São Paulo do dia 29 de março de 1968, relatou em sua primeira página sobre o protesto estudantil no Rio de Janeiro que culminou na morte de Edson Luís da seguinte forma:

Um choque da polícia militar, sobre o comando do tenente Falcão, invadiu ontem o galpão em que foi instalado o antigo restaurante do Calabouço, onde se realizava uma assembleia estudantil e após entrar em luta com os estudantes e praticar depredações, fez disparos de metralhadora, matando Edson Luís Souto, de 16 anos, de Belém do Pará, aluno do Instituto Cooperativa de Ensino, e atingindo Benedito Frazão Dutra, de 20 anos. Frazão com um tiro no peito foi socorrido pelo deputado Jamil Hamiden e levado para o pronto socorro, onde está em estado de coma. O corpo do primeiro estudante foi conduzido para Assembleia legislativa: esta, logo depois foi cercada não permitindo que ninguém saísse. Vários oradores fizeram uso da

palavra e abriram o plenário para uma "sessão popular" de 24 horas para impedir uma invasão policial.³

Assim, durante o governo de Costa e Silva, também surgem as chamadas guerrilhas urbanas, tais guerrilhas caracterizam por serem grupos muitas vezes formados por ex-partidários do PCB, como é o caso de Carlos Marighela, que veio abandonar o PCB para liderar uma dessas guerrilhas urbanas a ALN (Aliança Libertadora Nacional).

Todos esses movimentos ocorrendo em todo país fizeram com que os militares buscassem medidas para combater a oposição, e uma dessas medidas tomada pelo governo foi a promulgação do Ato Institucional nº5, tal atitude, foi considerada a medida mais repressiva que ocorreu durante o período militar.

Observe a reportagem da Folha de São Paulo em que salienta a tensão criada horas antes da promulgação do AI-5 no Rio de Janeiro.

Havia grande expectativa em torno do pronunciamento que o Marechal Costa e Silva deveria fazer nessa ocasião. (...) durante toda a madrugada e pela manhã aumentava-se em alguns círculos políticos, a hipótese da existência de um ato institucional a ser imediatamente decretado. (...) logo às primeiras horas da manhã, as guarnições da Marinha e da Aeronáutica no Rio também entravam em regime de prontidão, tropas de choque da PM carioca saíram as ruas, de manhã ocupando os principais pontos do centro do Rio. (...) os milicianos estavam todos em uniforme de campanha.⁴

Este Ato Institucional nº 5, segundo Fausto (1995), foi uma forma do atual governo, na figura do Marechal Costa e Silva mostrar-se incapaz de ceder-se às pressões sociais e políticas e de criar uma reformulação política cada vez mais repressiva transformando o período em uma ditadura brutal que se estenderia até o momento que os militares iniciaram o processo de abertura gradual.

E essa repressão chegou ao meio acadêmico, ou seja, às universidades brasileiras, taxadas pelos militares como locais nos quais as chamadas "mentes pensantes" do país localizavam-se.

Buscando agir diante o meio acadêmico, o governo realizou um processo de reformulação do ensino superior e iniciou uma fase na qual as universidades do país passaram a serem vigiadas por agentes do DOPS e até mesmo, em muitas vezes, invadidas por esses agentes e militares, com o objetivo de impedir que os professores bem como os alunos se colocassem diretamente contra eles.

Os militares, no entanto, não fizeram do ensino um meio de impor as suas pressões para manter

³ Jornal Folha de São Paulo, sexta – feira, 29 de março de 1968. Reportagem extraída do Acervo Eletrônico do Periódico. Disponível em: <www.almanaque.folha.uol.com.br>

⁴ Jornal Folha de São Paulo, sexta – feira, 29 de março de 1968. Reportagem extraída do Acervo Eletrônico do Periódico. Disponível em: <www.almanaque.folha.uol.com.br>

a ordem nacional, ao longo do regime militar, o ensino passou por algumas reformas e uma das mais importantes ocorreu no ano de 1968, os chamados acordos MEC-USAID, que tinham como principal objetivo reestruturar as universidades brasileiras.

Esses acordos dentro da concepção de Fazenda

(...) constituíram em modelos para remodelação do ensino, entretanto esses modelos, por utilizarem a tecnologia pela tecnologia, acabaram por isolar a educação do contexto global da sociedade, empatando todo o sistema educacional já que ele estava amarrado e financeiramente, dilapidado pelos gastos advindos do cumprimento dos acordos. (1985, p.63)

No que diz respeito à proposta de reformulação do ensino superior dentro da que pensavam os militares pode-se, como afirma Martins

A institucionalização do departamento como unidade máxima de ensino, criação de institutos básicos, organização do currículo em ciclos básicos e profissionalizantes, alteração do exame de vestibular, abolição da cátedra, tomada de decisões mais democráticas, institucionalização da pesquisa nas universidades, centralização das decisões em órgãos federais. (2002, p.68)

Mas, apesar de todo investimento dos militares neste setor de ensino é possível verificar uma busca pela reformulação desde os anos 20, contudo de forma desorganizada, como cita Anísio Teixeira (1969) esta evolução do ensino brasileiro constitui-se em um plano sem previsão, não sendo idealizado de forma determinada dentro de um debate educacional coeso.

Percebe-se que essa evolução iniciada nos anos 20, somente atingiu o seu apogeu na década de 60 graças à criação e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, isto em 1961, ou seja, três anos antes da tomada do poder pelos militares.

Como afirma Teixeira (1969) a LDB iniciou uma exacerbação do ritmo de crescimento que obedecia à impulsão do aumento das oportunidades de matrículas, sendo que, após a aprovação desta lei o ensino superior no Brasil inicia concretamente o processo de crescimento ordenando.

É necessário ressaltar que a LDB de 1961 acabou com a ideia de ensino superior sobre o contexto de organismo de cátedras, pois, até então o ensino superior no Brasil era baseado de acordo com a ideia que existia um professor para aquela única disciplina, ou seja, ele não poderia vir a lecionar outra disciplina dentro do curso, tal ato fazia que o processo de crescimento do ensino ficasse estagnado em um determinado curso e disciplina.

Com o golpe militar de 1964, esse crescimento do ensino superior é visto sobre outra perspectiva já que a ascensão que se iniciou com a criação da LDB, ganhou maior destaque com os militares, apesar de muitas vezes utilizarem-se do ensino superior como uma forma de chegar mais fácil aos chamados cidadãos subversivos. Esse crescimento torna-se possível nos primeiros anos dos militares no poder pelo número de universidades que foram criadas, tanto públicas como privadas.

Todo esse processo de ascensão do ensino superior é concretizado a partir do momento em que se inicia um plano de reforma geral do sistema acadêmico brasileiro, esta reforma pode ser considerada a continuação da proposta criada a partir da criação da LDB.

E uma das propostas da reforma universitária era acabar com as chamadas escolas isoladas e transformá-las em centros de ensino superiores. Assim, começa a surgir a ideia das universidades, pois até então essas escolas isoladas funcionavam como uma entidade fechada impedindo-as de ganharem um destaque maior, além de estarem mergulhando em sérios problemas.

Um dos primeiros centros de ensino superior no Brasil, dentro desta nova concepção proposta por esta reforma, foi a Universidade de Brasília - UnB, que segundo Teixeira (1969) surgiu sobre a perspectiva de um novo projeto no qual colaborava uma nova mentalidade do ensino superior privilegiando a elite do magistério nacional, tendo no seu contexto um modelo de soluções que se criou uma consciência crítica desses magistérios, no qual tinha de mais novo, o seu corpo de cientistas físicos e sociais.

A UnB, portanto, serviu de modelo para que surgissem novas universidades no território nacional como a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em 1965, que surgiu da antiga Universidade de Minas Gerais, uma instituição privada subsidiada pelo governo estadual.

Uma das grandes marcas da reforma de 1968 foi a participação do movimento estudantil ao longo deste processo, em que os militares, utilizando de algumas reivindicações desses estudantes, foram elaborando as propostas para inserir no projeto desta reforma, faz-se necessário ressaltar que ao longo dos anos 40 até o fim da década de 60, esses movimentos ganharam destaque na vida política do país com seus protestos e suas passeatas.

Então os militares, tendo como bases algumas reivindicações do movimento estudantil da época, efetivaram o projeto educacional voltado para o ensino superior. Nesse momento, o governo como uma forma de anular a oposição dentro das universidades expulsou vários nomes importantes do meio acadêmico brasileiro, aproveitando disso, fizeram uma reforma que iria beneficiar somente o governo.

Esta reforma do ensino desta forma propunha de acordo com Teixeira (1969)

Modificações consideráveis no ensino superior brasileiro, desde sua legislação, na anulação da ideia da cátedra que culminou na criação dos departamentos estabelecendo assim, um mecanismo de órgãos e de coordenação com o objetivo de controlar os cursos universitários no país, ainda foi idealizada uma reorganização do sistema administrativo dos centros de ensino superior criando autoridades centrais o que possibilitou na composição de escolas, faculdades e institutos por departamentos o que gerou uma nova roupagem para carreira profissional dos professores que agora passaram a serem distribuídos por departamentos de ensino.

Mesmo com todo o contexto da reforma no sistema universitário brasileiro, o que marcou este momento foi o caráter repressivo do governo. Com o uso da repressão para impedir que professores e estudantes mostrassem as suas ideias contra o regime militar sobre esta imagem repressiva do governo percebe-se um aumento significativo de manifestações idealizadas por estudantes por todo o país, com o intuito de lutar contra a repressão imposta à sociedade e a favor de suas utopias.

Várias dessas manifestações entraram para história brasileira, como a passeata dos Cem Mil ocorrida no ano de 1968 e o 30º Congresso Nacional da UNE (União Nacional dos Estudantes) em Ibiúna, manifestações nas quais, estudantes e militares entraram em choque, por um único motivo, de um lado um grupo em defesa da chamada "ordem nacional" e do outro um grupo de jovens politizados lutando pela liberdade.

Um dos primeiros confrontos entre militares e estudantes aconteceu dentro do campus da universidade que serviu de modelo para constituição de uma nova ordem na educação superior no país, a Universidade de Brasília - UnB.

No ano de 1965, um ano após o golpe que culminou com a chegada dos militares ao poder, a UnB já era vista como um local de ordem de pensamento esquerdista do país, ou seja, já sabiam que era preciso controlar e vigiar tal instituição e os profissionais, bem como o seu corpo discente. Aos poucos todos que estavam ligados à UnB foram taxados pelo governo como subversivos e comunistas, estava criada a fase de tensão entre acadêmicos e militares.

Com toda tensão criada acerca da UnB, no dia 18 de outubro, após ocorrer a demissão de 18 profissionais que foram acusados de subversivos pelo governo, houve uma revolta tão grande que cerca de 209 profissionais, numa forma de protestar contra a demissão dos colegas, assinaram uma carta de demissão coletiva, diante de tal fato a instituição perdeu cerca de 79% do seu corpo profissional.

No ano mais duro do regime militar 1968, a UnB novamente foi alvo dos militares, dessa vez, os alunos da instituição foram para as ruas protestar contra o regime, protestos esses que estavam ocorrendo por todas as grandes cidades do país, assim, o corpo discente da UnB *pretendia mostrar à sociedade o que aconteceu na UnB, desta forma o reitor Caio Benjamin Dias pediu a realização de uma intervenção policial para defender o patrimônio da universidade, alegando que não conseguia controlar os estudantes.*⁵

As manifestações contra o regime não se concentrou somente no Planalto Central, ocorrerão

⁵ Disponível em www.unb.br/unb/historia/resumo.php - Texto referente à história da Universidade de Brasília (UnB).

outros vários episódios por todo o Brasil em que envolveram militares e estudantes universitários, uma dessas manifestações foi a passeata que ocorreu no Rio de Janeiro que ficou conhecida como Passeata dos Cem Mil.

O Rio de Janeiro foi palco de várias manifestações contra o regime militar, uma dessas manifestações foi a invasão da PM a um galpão em que estava instalado o restaurante universitário do Calabouço. No momento da invasão, ocorria nesse restaurante uma assembleia estudantil, na qual eles organizavam uma passeata contra a demora do governo do Rio de Janeiro para construir outro restaurante universitário, em substituição ao antigo Calabouço.

No momento da invasão, policiais militares e estudantes entraram em confronto tendo como resultado várias pessoas feridas e dois estudantes baleados, um era Benedito Frazão Dutra e outro era Edson Luís de Souto que acabou falecendo, criando uma tensão maior ainda entre universitários e polícia militar.

A invasão e a morte do estudante no Rio de Janeiro foi destaque em todos os veículos de comunicação do país, como a Folha de São Paulo que publicou uma matéria intitulada de "Estudante morto em choque no Rio" no dia 29 de março de 1968.

Um choque da Polícia Militar, sob o comando do tenente Falcão, invadiu ontem o galpão em que foi instalado o antigo restaurante do Calabouço, onde se realizava uma assembleia estudantil (...) após entrar em luta com os estudantes e praticar depredações, fez disparos de metralhadoras, matando Edson Luís Souto de 16 anos, e ferindo Benedito Frazão Dutra de 20 anos (...) socorrido pelo deputado Jamil Hamiden e levado para o pronto socorro.⁶

A invasão ao Calabouço e a morte de Edson Luís serviram mais tarde como motivo para realização de uma das manifestações mais marcantes do país, a Passeata dos Cem Mil.

A Passeata dos Cem Mil ocorreu no dia 26 de junho de 1968, esse movimento iniciou-se no ato de protesto ocorrido na Cinelândia, no qual artistas e estudantes da PUC/RJ seguiam numa passeata pelas ruas do bairro, com o objetivo de cobrar algumas exigências dos estudantes universitários e o mais importante que era mostrar o descontentamento do povo com o governo.

É possível perceber como o povo participou desse movimento no trecho extraído da Folha de São Paulo do dia 27 de junho de 1968, relatando que:

O centro da cidade viveu (...) uma das maiores manifestações populares de sua história com a passeata dos estudantes, que contou com a participação dos mais diversos setores (...) da

⁶ Jornal Folha de São Paulo, sexta – feira, 29 de março de 1968. Reportagem extraída do acervo eletrônico do periódico, disponível: www.almanaque.folha.uol.com.br

população. Houve também apoio unânime dos empregados dos escritórios que, na avenida Rio Branco deixavam cair das janelas uma chuva de papel picado, numa demonstração que só teve precedentes no desfile da FEB em seu regresso da Itália.⁷

O episódio da Passeata dos Cem Mil mostrou-se a indignação da população contra o regime através do movimento estudantil em que seus líderes tomaram o comando das manifestações por todo o país, como é o caso de Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana dos Estudantes e outra liderança de destaque foi de Elionor Brito representante da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço.

A posição desses dois estudantes era de criar um cenário de luta com o objetivo de conquistar o fim do regime militar e possibilidade de mais liberdade para a população brasileira, que vivia em um estado de medo diário devido à repressão imposta pelos militares.

Isso fica bem claro quando Vladimir Palmeira discursa dizendo que era preciso lutar mais sem utilizar a violência, pois a violência é própria dos militares, a luta do povo não utilizaria da força, mas sim a palavra para se manifestar.

Um dos grupos de maior destaque no contexto esquerdista ligado ao movimento estudantil era a União Nacional dos Estudantes - UNE, que nesse período ganhou um destaque político muito importante no país, e foi em um episódio envolvendo a UNE que os militares colocaram em prática toda a sua violência.

Em 1968, o cerco dos militares aos grupos de esquerda era cada vez maior, fechando os sindicatos, os partidos de esquerda e executando prisões de pessoas que eram consideradas ameaças para a segurança nacional.

Mas, ainda existia um grupo de esquerda que mantinha as suas atividades, e ameaçava os militares, esse grupo era a UNE. Que em outubro de 1968 organizava o seu 30º Congresso Nacional, dessa vez de forma clandestina em um sítio localizado na cidade de Ibiúna no interior do estado de São Paulo, a grande questão a ser tratada neste congresso seria eleger a nova diretoria nacional da UNE, que nesse momento estava dividida em dois grupos.

Um dos grupos era encabeçado por José Dirceu, defensor da luta armada inspirada nas guerrilhas urbanas, e do outro lado encontrava-se o grupo ligado ao atual presidente da UNE, Luiz Travassos que apoiava a candidatura do jovem estudante Jean Marc Von Der Weid.

⁷ Jornal Folha de São Paulo, quinta – feira, 27 de junho de 1968. Reportagem extraída do acervo eletrônico do periódico, disponível: <www.almanaque.folha.uol.com.br>

Entretanto antes do congresso iniciar as suas atividades, os militares invadiram de forma violenta o sítio em Ibiúna, e colocou fim no evento, sendo efetuadas centenas de prisões e agressões a cerca de 1 000 estudantes que participavam do congresso, entre os presos estavam Jean Marc e José Dirceu, os dois que disputavam a presidência da UNE.

Tal movimento se deu numa cidade tipicamente do interior de São Paulo, e os próprios moradores desconfiaram da movimentação na cidade.

Note-se como que os militares ficaram sabendo da movimentação dos estudantes em Ibiúna:

De 2ª a 5ª os estudantes, em grupos pequenos, iam a Ibiúna comprar mantimentos, sob o olhar desconfiado dos moradores, de uma só vez chegaram a comprar NCz\$ 200,00 de pão. O açougue também foi visitado por diversas vezes, na farmácia de Ibiúna os estudantes compravam escovas e pastas de dentes. Todos esses fatos eram comunicados à Polícia ou serviam para os comentários de esquina, dois homens do DOPS, durante três dias, observaram o vaivém, chegaram até a consertar um carro numa oficina mecânica, a placa desse carro foi anotada e comunicada ao delegado, era uma Kombi, 24-44-80.⁸

A citação é uma passagem de uma reportagem da Folha de São Paulo que mostrou como que aconteceu toda a movimentação desse congresso da UNE até a prisão dos estudantes. Assim, percebe-se que os militares ficaram sabendo do ocorrido, através da própria população que estranhou a grande movimentação na cidade, com certa suspeita do que estava acontecendo avisaram à polícia, que ficou de vigília.

Para os militares, a UNE era um grupo político esquerdista que podia oferecer algum risco para integridade da segurança nacional, dentro desse contexto colocado pelo governo, os estudantes eram vistos como subversivos, com isso, toda movimentação dos estudantes em Ibiúna passou a ser vigiada pelo DOPS, até que chegasse ao momento de invadir o sítio em que estava sendo realizado o congresso e efetuar a prisão de todos os líderes da UNE.

Os primeiros atos de repressão contra os estudantes aconteceram quando o delegado de Ibiúna entrou em contato com autoridades em São Paulo para que conseguisse a liberação para reprimir o movimento estudantil.

O DOPS enviou elementos para investigação, as caravanas continuaram a chegar quinta-feira, o DOPS e o pessoal de comunicações da Força Pública já sabiam da localização exata do congresso. Planos foram traçados e o esquema de repressão acionado. O 7º BP de Sorocaba, avisado, colocou seus homens de prontidão, aguardava-se apenas a ordem para a operação de ataque.

⁸ Jornal Folha de São Paulo, domingo, 13 de outubro de 1968. Reportagem extraída do acervo eletrônico do periódico, disponível: www.alamanoque.folha.uol.com.br

Com a ordem de intervenção em mãos, em poucas horas tudo começou a ruir contra os estudantes, o congresso foi invadido pelas tropas militares e pelos agentes do DOPS e vários estudantes e os principais líderes do movimento foram presos.

Foi um momento duro para o movimento estudantil no Brasil, pois os militares agiram de forma violenta com o intuito de reprimir e anular a liberdade de pensamento e ideais políticos no país, com base em uma reportagem da época, fica claro o modo que os militares invadiram o sítio em Ibiúna e acabaram com o congresso da UNE.

Às 7h15, a tropa cercou uma casa, nela, apenas uma mulher e uma criança, mas à frente havia informação de que os estudantes estavam a um quilometro, atrás de um morro. O cel. Divo traçou os planos distribuiu seus homens em círculo. Cinco minutos depois foi descoberto um vigia, estava numa cabana improvisada de plástico, numa baixada. Só percebeu a tropa tarde demais. Depois de subir uma elevação, os policiais do DOPS e o pessoal da Força Pública prepararam-se para o ataque. Da elevação notava-se o movimento dos estudantes, a maioria sentada ou deitada, a ordem foi dada e várias rajadas de metralhadoras foram dadas para o ar. Nova carga de metralhadora para o ar, um pequeno grupo corre para as matas, uma moça de blusa vermelha corre em direção à Serra de São Sebastião, os estudantes estão cercados, os policiais descem e eles ficam em coluna por um. O pessoal do DOPS começa a revista, as barracas estão reviradas, uma casa é revista minuciosamente, não há reação, todos estão parados, sem falar, o Cel. Barsorri quer pressa para voltar, diz que o seu problema é a locomoção dos estudantes, manda um oficial requisitar um ônibus em São Paulo.⁹

Através da reportagem percebe-se qual era o objetivo dos militares nesse momento, acabar com todo movimento ou grupo político que poderia vir a criar certa oposição à sua ditadura.

Assim, através de todos esses episódios ligados ao ensino superior e à política no país, percebe-se que durante o período que os militares encontraram-se no poder foi um dos momentos mais importantes do movimento estudantil, pois os universitários não ficaram a mercê da situação, foram para as ruas lutar pelos seus direitos e pela liberdade da sociedade.

2 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história republicana do Brasil pode ser analisada através de períodos que deixaram todo um legado histórico para a sociedade, e um desses períodos foi a Ditadura Militar, que se configurou sobre a égide de um regime repressivo, com o intuito de manter a ordem política vigente no Brasil.

⁹ Jornal Folha de São Paulo, domingo, 13 de outubro de 1968. Reportagem extraída do acervo eletrônico do periódico, disponível: www.alamanaque.folha.uol.com.br

Essa política repressiva do período militar direcionou principalmente contra os movimentos que lutavam pelo restabelecimento da democracia e para o fim da Ditadura.

É nesse momento que o movimento estudantil brasileiro se insere dentro do contexto político nacional, atuando sobre a ideia de uma cultura política de esquerda, principalmente dentro do universo do ensino superior, no qual as universidades passaram a ser locais de intensa agitação política, muitas vezes transformando todo esse contexto em atos repressivos.

Mas, durante esse período o contexto educacional não ficou preso somente a questão da política repressiva no governo, houve também um plano político voltado para o crescimento gradativo do ensino superior no Brasil, que buscou através uma reforma idealizar um plano de modernização dessa modalidade de ensino no país, sendo possível perceber a criação de várias instituições de ensino superior público custeada pelo governo federal.

Sendo que, toda essa ideia de reforma educacional do ensino superior, foi uma forma encontrada pelos militares de anular a participação política dos estudantes, já que muitas das bases dessa reforma, eram reivindicações do próprio movimento estudantil.

Mas, o que fica marcado no contexto educacional durante o Regime Militar no Brasil foram todos os atos repressivos que os militares utilizaram contra os estudantes, deixando marcados na história política do país episódios como a Passeata dos Cem Mil e outros que não foram citados ao longo texto, como a invasão dos militares à UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) que culminou com a morte de um formando do curso de medicina e as diversas intervenções militares em unidades de ensino da Universidade Federal de Minas Gerais entre as décadas de 60 e 70, que serão relatadas em um próximo artigo.

REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, Mary. VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio*. São Paulo: Loyola, 1985.

SKIDMORE, Thomas. *De Getulio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.

Referência mídia eletrônica:

História da UnB. www.unb.br/unb/historia/resumo.php: Acesso em 01/12/2008

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. *Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais*. Disponível em www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf. Acesso em 15/03/2010

Minuta da Eleição do Presidente e Vice Presidente da República. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> . Acesso em 03/01/2009.

Periódicos:

Jornal Folha de São Paulo. *Estudante morto em choque no Rio*. Sexta – feira, 29 de Março de 1968. Disponível em: www.almanaque.folha.uol.com.br. Acesso em 20/11/2008.

Jornal Folha de São Paulo. *Grande passeata na Guanabara*. Quinta – feira, 27 de julho de 1968. Disponível em: www.almanaque.folha.uol.com.br . Acesso em 20/11/2008.

Jornal Folha de São Paulo. *Congresso da UNE: Todos presos*. Domingo, 13 de outubro de 1968. Disponível em www.almanaque.folha.uol.com.br . Acesso em 10/12/2008.